

Seminário vai debater o futuro político do DF

Promoção do *CORREIO*, TV Brasília e Rádio Planalto discute formas de se chegar à autonomia



Uma ampla discussão sobre o futuro político de Brasília está sendo programada para o seminário "Representação Política, o direito de votar", que será realizado, nos dias 5 e 6 de março, promovido pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, TV Brasília e Rádio Planalto. Representantes dos vários segmentos da população participarão dos debates em torno de um temário que inclui: A Representação Política e a Constituinte; A Autonomia do DF e a Representação Política: As formas de representação política nos Distritos Federais de outras nações e como chegar à representação política.

O seminário, que será realizado na época em que a cidade comemora o seu Jubileu de Prata, tem como objetivo discutir o futuro político da capital, já que o DF, hoje, não é apenas a capital administrativa do País, pois extrapolou a sua concepção original, gerando um grande pólo de desenvolvimento humano, com reflexos na vida econômica, social, política e cultural do Brasil.

Durante o evento, serão debatidas as idéias que vêm sendo defendidas pelos sindicatos, empresários, juristas, políticos e outros setores representativos da população. Embora todos estes segmentos defendam a autonomia política do DF, as formas de como se chegar a esta meta nem sempre são iguais. O presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brasília, José Neves, por exemplo, acha que o assunto, por ser extremamente complexo, não pode ser resolvido "a toque de caixa". Ele afirma que a população, há 25 anos, vive uma situação de marginalização política, e, por isso, tem condições de esperar mais um pouco, até que o assunto seja levado à Assembleia Nacional Constituinte.

"Até lá — disse ele — é essencial que a questão seja debatida pela população que nunca pôde participar de forma efetiva da vida política do País. Acho que qualquer precipitação, neste momento, tem como único objetivo atender a interesses de pessoas e grupos que lutam pelo poder". Neves acentua que os sindicatos de Brasília repelem este tipo de atitude. "Estão fazendo muito 'lobby' através das secretarias e órgãos ligados ao Governo do Distrito Federal e muito dinheiro está sendo gasto por estas pessoas que querem garantir o seu lugar no próximo governo".

DISCUSSÃO AMPLA

O presidente da OAB-DF, advogado Maurício Corrêa, entende que o debate sobre representação política para o DF, em todos os níveis, deve ser levado à Assembleia Constituinte, mas ele acha que, a nível de Senado e Câmara Federal, Brasília já deveria escolher logo os seus representantes. "Mas é preciso que fique claro — frisou — que esta minha posição de defender a representação no Congresso Nacional logo, não significa um afastamento das discussões em torno da constituição de uma Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. Considere, apenas, que o assunto, pelo fato de Brasília ser uma unidade da Federação *sui-generis*, é muito complexo, e, por isso, exige uma discussão mais aprofundada".

Para ele, a população precisa ser consultada e participar das discussões sobre o futuro político do DF, o que não invalida a escolha, logo, dos senadores e deputados federais. Já José Ne-

ves, acha que a simples escolha dos representantes do DF, no Congresso, poderá gerar "uma acomodação de todos", diminuindo o nível de aspiração por uma representação mais ampla.

O presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury também defende "um período de transição política para o DF", com a escolha, ainda em 85, dos representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. "Acho que o próximo governador ainda deveria ser indicado pelo Presidente da República, cumprindo um mandato até o próximo ano, quando então, a população do DF passaria a votar para escolher o seu governador. Somente numa terceira etapa, entraríamos, na análise de representações a nível local".

O presidente da ACDF disse que foi durante a sua gestão, em 1977, que pela primeira vez, o assunto da representação política no DF ganhou uma dimensão maior, com a realização de um seminário promovido pela associação. "Até então — observou — qualquer discussão em torno do tema era sempre considerada como algo suversivo. Cheguei a receber recados das autoridades de que Brasília não fora preparada para sofrer convulsões sociais que provavelmente ocorreriam, caso a cidade viesse a conquistar a sua autonomia política".

A posição do presidente do PMDB de Brasília, jornalista Pompeu de Souza, é de se votar logo a emenda do deputado Maurício Fruet, atualmente prefeito de Curitiba, e do senador Mário Maia, do Acre, que foram incorporadas. A emenda estabelece a plenitude da representação política do DF, com a eleição de três senadores, dois deputados federais, do governador e a constituição de uma Assembleia Legislativa.

"A emenda Fruet/Maia — disse ele — já se encontra literalmente pronta para ser votada a qualquer momento, em função de um acordo entre as lideranças do PMDB e PDS, feito no último semestre. Basta que, reunido o Congresso, a qualquer momento, o presidente da mesa proceda à votação, não cabendo mais discurso sobre o assunto a não ser nos espaços regimentais, previstos para encaminhamento da votação e justificacão de votos. Dessa forma, aprovada a emenda, estaria automaticamente marcada a data das eleições juntamente com o pleito nacional de 15 de novembro de 1986".

O presidente do PMDB/DF explica que, até 87, com a posse dos eleitos, não haveria nenhuma alteração substancial na institucionalização política do DF. O próximo governador deverá ser nomeado pelo Presidente da República, mesmo porque não haveria tempo para uma outra opção. Os deputados federais, senadores e o novo governador, seriam escolhidos em 15 de novembro de 86, e numa etapa futura seria, então, discutida com profundidade, a questão política mais local, analisando-se, também, a situação das cidades-satélites.

Brasília, segundo Pompeu de Souza, está preparada para este "parto cívico", podendo transferir a sua atual participação cívica da esfera do atual organismo que consiste na votação à distância para um ato realmente gerador e gestador do fato político".

As inscrições para o Seminário Representação Política, o Direito de Votar, já podem ser feitas na Apoio - Comunicação e Congressos, no Ed. Venâncio 2000, bloco 60, loja 101, pelos os telefones 2260124 e 2260217.